

Herbert Levy propõe conta de compensação para comércio exterior

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

A criação de uma conta de compensação ("clearing"), como forma de isolar o comércio internacional da dívida externa brasileira, foi proposta ontem em São Paulo pelo deputado federal Herbert Levy (PDS-SP), em entrevista coletiva depois de seus recentes contatos com banqueiros ingleses, em Londres, e norte-americanos, em Dallas.

As contas de compensação já regem atualmente os acordos bilaterais de comércio internacional. "Nessa conta 'clearing'", explicou, "seriam creditadas, a partir de 1º de janeiro, todas as importâncias relativas às exportações brasileiras e debitadas as referentes às importações".

O deputado considera este o primeiro passo na direção de uma rediscussão da dívida externa brasileira, que ele entende como uma operação tripartite envolvendo os banqueiros internacionais, o governo brasileiro e os governos das principais nações industrializadas.

É só num fórum desse tipo, a seu ver, que o Brasil poderá conseguir o que considera uma solução justa: "Nos termos em que está colocada, a dívida externa brasileira é impagável", assegura. Ele entende que cerca de US\$ 50 bilhões, mais da metade da dívida brasileira, estimada em cerca de US\$ 90 bilhões, foram inflados por duas distorções:

1. A perda de capacidade de troca em níveis avassaladores: entre 1975 e 1982, o produto de exportação brasileiro que mais subiu de preço, o minério de ferro, ganhou 125% em suas cotações, enquanto no mesmo período o preço do petróleo cresceu 1.350%.

2. O custo dos empréstimos em 1976, com a superabundância de petrodólares, era montado sobre taxas em torno de 6 1/4% ao ano tanto para a "prime rate" nos Estados Unidos quanto para a Libor em

Londres. Mas a entrada do Tesouro dos Estados Unidos no mercado, para financiar seus déficits orçamentários, elevou as taxas até 20,45% ao ano.

As duas estatísticas foram reproduzidas pelo deputado a seus interlocutores do sistema bancário internacional e "a acolhida à minha exposição foi a melhor possível". Ele verificou, porém, "a insegurança e indecisão dos banqueiros em relação aos novos pedidos de empréstimos, com medo de pôr dinheiro bom sobre ruim".

A impressão de Herbert Levy é de que o atual sistema de renegociação do governo brasileiro "está complicando desnecessariamente as coisas". Ele considera que centenas de telex a banqueiros podem ser substituídos por uma providência simples: quem quiser receber juros do Brasil precisa apenas alocar créditos correspondentes e, com eles, se ressarcir; quem não quiser abrir novas linhas de crédito, contabiliza os juros não recebidos como prejuízo.

Ele ainda tem esperança de ver prosperar uma sugestão do Banco Mundial de substituir o total da dívida dos países em desenvolvimento por bônus dessa instituição a juros de 5%. Como os bancos sofreriam prejuízos de até 40% na passagem desses bônus a investidores, Herbert Levy propõe que os prejuízos sejam rateados então entre os bancos e os países em desenvolvimento.

Como o PDS fechou questão pela aprovação do Decreto-lei nº 2.065, o deputado informou que votará a seu favor, mas "constrangido". Em sua opinião, o decreto deveria ser rejeitado por ignorar que o Brasil convive com mais de 4 milhões de desempregados atualmente, quando deveria criar 1,5 milhão de novos empregos para sua população que anualmente alcança os 18 anos de idade. Herbert Levy acredita, também, que o 2.065 impõe um sacrifício excessivo à classe média brasileira.